



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

## Estado de São Paulo



**LEI Nº 6.976, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025**

### **DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DO DESCARTE IRREGULAR DE LIXO EM TERRENOS, PRAÇAS E DEMAIS ÁREAS PÚBLICAS E PRIVADAS NO MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**CRISTIANO GAIOTO**, Presidente da Câmara Municipal de Mogi Mirim, Estado de São Paulo etc., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 18, inciso I, alínea “i” e inciso IV, alínea “g”, da Resolução nº 276, de 9 de novembro de 2010 (Regimento Interno vigente),

**FAÇO SABER** que a Câmara Municipal aprovou e eu, nos termos do Art. 55, § 9º da Lei Orgânica Municipal, promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica proibido, em todo o território do Município de Mogi Mirim, o descarte irregular de lixo, entulhos, resíduos sólidos ou qualquer tipo de material em terrenos, praças, ruas e demais áreas públicas ou privadas.

**Art. 2º** Para os fins desta Lei, considera-se descarte irregular qualquer ato de deixar, despejar ou abandonar resíduos em locais inadequados, que não sejam os estabelecidos pela Prefeitura Municipal para a coleta de lixo.

**Art. 3º** A fiscalização do cumprimento desta Lei será realizada por órgãos competentes da administração pública municipal, podendo ser solicitada a colaboração da Guarda Civil Municipal e de outros órgãos conforme necessário, respeitando a divisão de competências estabelecidas em legislação específica.

**Art. 4º** Os infratores que forem flagrados realizando o descarte irregular de lixo estarão sujeitos a uma multa no valor de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) que poderá ser aumentada em até cinco vezes em caso de reincidência no prazo de 12 meses, sendo reajustada anualmente de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

**§1º** A multa será aplicada em dobro se o infrator for pessoa jurídica, permanecendo sujeita ao reajuste previsto no *caput* deste artigo.

**§ 2º** Os valores arrecadados com as multas aplicadas serão destinados a programas de educação ambiental e limpeza urbana.

**Art. 5º** O infrator poderá apresentar defesa escrita no prazo de 15 (quinze) dias contados da data da notificação da autuação. A análise e o julgamento das defesas apresentadas ficarão a critério da autoridade competente designada pela legislação municipal, que poderá instituir uma Comissão de Análise de Recursos para este fim.



# **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**



**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mogi Mirim, 08 de dezembro de 2025.

**VEREADOR CRISTIANO GAIOTO**  
**Presidente da Câmara**

Registrada na Secretaria e afixada, em igual data, no Quadro de Avisos da Portaria da Câmara.

**Projeto de Lei nº 52 de 2025**  
**Autoria: Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO: - - 0DC3-0PCW-R4J0-ZY0N



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo



## Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Mogi Mirim. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=0DC30PCWR4J0ZY0N>, ou vá até o site <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

**Código para verificação: 0DC3-0PCW-R4J0-ZY0N**

**CRISTIANO GAIOTO**

Vereador - Presidente

Assinado em 08/12/2025, às 14:11:45

CM - SECRETARIA

40) Lei nº 6976  
FOI PUBLICADO(A) NO ÓRGÃO OFICIAL DO  
MUNICÍPIO (JORNAL Op. m. mirim)  
EM SUA EDIÇÃO DE 10 / 12 / 2025  
MOGI MIRIM 10 / 12 / 2025  
  
Wesley Henrique Zacariotto  
Analista Legislativo

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO: - - 0DC3-0PCW-R4J0-ZY0N